ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

O PAPEL DO ESTUDO DA VITALIDADE URBANA NA INCLUSÃO DO IDOSO NA CIDADE

Autores:
Andrea Cristina Soares Cordeiro Duailibe - Universidade Estadual do Maranhão - andrea.duailibe@gmail.com
Larissa Silva Nunes - Universidade Estadual do Maranhão - larissasn98@gmail.com
Mariana Protázio Santos - Universidade Estadual do Maranhão - protaziomariana@gmail.com
Camila Diniz Ramalho - Universidade Estadual do Maranhão - camila.ramalho175@gmail.com

Resumo:

A relevância do tema acerca da utilização do espaço público urbano pelo cidadão se associa com as condições da dinâmica urbana imposta a esses usuários. O ambiente urbano quando desprovido de elementos compositivos que satisfaçam a promoção da vivência na cidade, ocasiona a desapropriação desses espaços comuns. Quando se trata da especificidade do pedestre idoso inserido na cidade, as condicionantes impostas a ele no ambiente das calçadas determinam a utilização desses espaços públicos por essa categoria de usuários. Esse artigo se estabelece na aplicação de um método de abordagem qualitativa, em que são apresentados três estudos de caso na cidade de São Luís, Maranhão, a partir de uma ferramenta auxiliar de diagnóstico, ora denominada Matriz Temática, que se concretiza através de representações gráficas. Aliada as experiências de observações empíricas em campo, essa ferramenta permite uma maior precisão de análise do ambiente urbano como cenário da vitalidade urbana.

O PAPEL DO ESTUDO DA VITALIDADE URBANA NA INCLUSÃO DO IDOSO NA CIDADE

Análise das dinâmicas urbanas em três estudos de caso na cidade de São Luís

INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano brasileiro sob o ponto de vista de sua materialidade tem se apresentado extremamente contingenciada em investimentos públicos, responsáveis por configurar importantes quesitos de conforto e humanização do ambiente citadino. O contingenciamento tem conduzido à uma fragmentação tanto dos serviços, como na oferta de equipamentos sociais urbanos, comprometendo seriamente a vivência nos espaços e provocando nos usuários sensação de desconforto, de medo e/ou reações de hostilidade.

A partir dessa premissa, é possível determinar algumas características presentes no ambiente urbano, como por exemplo, o uso e o processo de compartilhamento dos espaços comuns pelo cidadão, tema relevante para traçar um perfil atual do grau de vitalidade urbana presente nos territórios investigados. Nesses casos, considera-se a possibilidade de os ambientes serem afetados de tal forma, que ocorre um comprometimento no grau de apropriação dos ambientes e, portanto, no grau de vitalidade urbana, afetando também a qualidade de vida da população.

O presente artigo busca nessa oportunidade, avançar um pouco mais na discussão acerca da importância da elevação do grau de vitalidade urbana para que se tenha melhoria nas experiências oriundas de dinâmicas sociais urbanas. Nesse sentido, propõe uma discussão com base na indagação de quais seriam as condições e os elementos determinantes para o resgate do sentido de urbanidade, num contexto em que se pode constatar um descompasso entre a lógica de funcionamento destes ambientes e as necessidades específicas dos usuários. Nesse sentido, a investigação baseou-se em estudos de caso focados na pessoa idosa, em recortes espaço-tempo preestabelecidos no território da capital maranhense.

A condição de mobilidade reduzida do pedestre idoso o coloca em posição de desvantagem frente ao ambiente de um modo geral, em especial, em espaços urbanos desqualificados, do ponto de vista da condição de mobilidade. Dessa forma, a abordagem perpassa pela compreensão das dinâmicas urbanas presentes nas áreas avaliadas e o cenário ambiental impresso nesses territórios.

A análise das dinâmicas urbanas requer observações que transcendem a individualidade dos elementos que compõem a cidade. Dessa forma, o dinamismo característico do ambiente urbano pressupõe a necessidade de entender a interação entre

seus diferentes elementos compositivos. Para tanto, explora-se as possibilidades contidas no procedimento metodológico, em especial, da ferramenta denominada “matriz temática”, a qual funciona como instrumento de validação para a análise e o diagnóstico, por meio da representação gráfica das primeiras impressões verificadas nas áreas de estudo. O agrupamento e sobreposição dessas matrizes contribuem para um diagnóstico mais preciso, quando se entende que os elementos compositivos determinam situações de causa e efeito, bem como a maneira em que o meio urbano interage com os seus componentes.

Quando se trata de mobilidade urbana, o ambiente das calçadas é um componente de elevada importância na cidade, que funciona, num primeiro momento, como plataformas de conexão entre os contextos público e privado, e num segundo, como parte do espaço urbano que suporta as interações advindas das experiências vivenciadas pelos pedestres. Nesse sentido, o ambiente vivencial das calçadas e as especificidades contidas no universo da mobilidade urbana concernentes à pessoa idosa foram tratados a partir de três estudos de caso, estabelecidos em São Luís.

O presente artigo não pretende encerrar as discussões acerca dos estudos do grau de vitalidade urbana presente nos territórios citadinos, mas sim, contribuir para a construção de um aporte ferramental que permita a compreensão desses ambientes e das dinâmicas a eles impostas, nas perspectivas das demandas sociais do presente.

Nesse sentido, têm-se uma abordagem que prioriza as situações identificadas nos estudos de caso elencados, situações estas, que ganham força a partir da fragilidade de uma categoria de usuário frente às imposições do território na sua dimensão construída.

O artigo subdivide-se em quatro capítulos organizados de tal forma que tem-se: primeiramente, a definição do grau de vitalidade urbana como atributo necessário, que qualifica o território estudado a partir de sua capacidade de contribuir positivamente para as vivências espaciais, especialmente, aquelas associadas aos espaços públicos; o segundo capítulo trata do método de análise do ambiente e das dinâmicas urbanas utilizando-se ferramentas multimodos, combinando ferramenta empírica e ferramenta complementar investigativa, ora denominada “matriz temática”, que consiste em uma análise do território, que se utiliza de bases gráficas para auxiliar a elaboração de diagnóstico no que se refere aos elementos que compõem os ambientes em estudo; o terceiro capítulo traz à tona discussões acerca da promoção de ambientes urbanos capazes de garantir uma maior autonomia no desempenho de atividades habituais para pessoas com mobilidade reduzida, com foco no pedestre idoso; e o quarto capítulo trata especificamente dos estudos de caso voltados às vivências citadinas de pessoas idosas, em especial, os percursos empreendidos por essas pessoas em suas rotinas diárias.

O GRAU DE VITALIDADE URBANA NAS CIDADES INVESTIGADAS

A vitalidade urbana relaciona-se com o fazer a cidade, com o caráter orgânico presente nas dinâmicas urbanas, a partir da interação entre os diferentes entes que atuam no território selecionado. Entende-se como vitalidade urbana o resultado da correlação entre a densidade, a permeabilidade, a acessibilidade e da dimensão da forma edificada. Esses fatores contribuem para as diferentes dinâmicas que se impõem à cidade, assunto recentemente

explorado por Saboya (2012), que reconhece nesses condicionantes aspectos que fundamentam o de grau vitalidade presente no ambiente citadino.

O procedimento lança um olhar sobre as condições de vivências em diferentes ambientes das cidades, estabelecendo critérios para a observação e buscando compreender a qualidade das relações existentes entre os diferentes elementos compositivos e seus impactos sobre o território estudado.

O reconhecimento do grau de vitalidade de um território citadino qualifica o ambiente estudado como capaz de contribuir positivamente para as vivências espaciais, especialmente, aquelas associadas aos espaços públicos. Vivências oportunizadas pelo caminhar das pessoas, pelas rodas de conversas entre os indivíduos, pelos encontros e olhares fortuitos trocados entre esses cidadãos.

Neste capítulo, são pontuados alguns autores que consubstanciam a ideia de vitalidade urbana como um indicador qualitativo e qualificador do ambiente. Importante ressaltar que não se trata de um valor de natureza absoluta, posto que, das análises, tem-se a possibilidade de uma amostragem temporal, restrita ao ambiente estudado, considerando elementos compositivos e dinâmicas próprios daquele recorte. As condições e p cenário são sempre passíveis de mudança, portanto, justifica-se, mais adiante, a atenção dada aos procedimentos metodológicos, assunto a ser explorado mais adiante, no texto.

O arquiteto Jan Gehl (2018) tem reiterado, através de suas investigações ao longo dos anos, que a existência de vida nos ambientes públicos é um sintoma da presença de uma *atração-chave* urbana, onde existe diversidade de pessoas nos espaços, o que, de acordo com ele, os qualifica como polos atrativos. Nesse sentido, esses lugares revelam-se como espaços convidativos, estando identificados com a sensação que eles transmitem, e não necessariamente, com o número de pessoas que o utilizam ou com a escala da cidade.

Antes dele, a urbanista Jane Jacobs (2000) já colocava que os espaços que não possuem diversidade de usos e de usuários capazes de proporcionar dinâmicas urbanas, interferem no seu espaço e na sua forma:

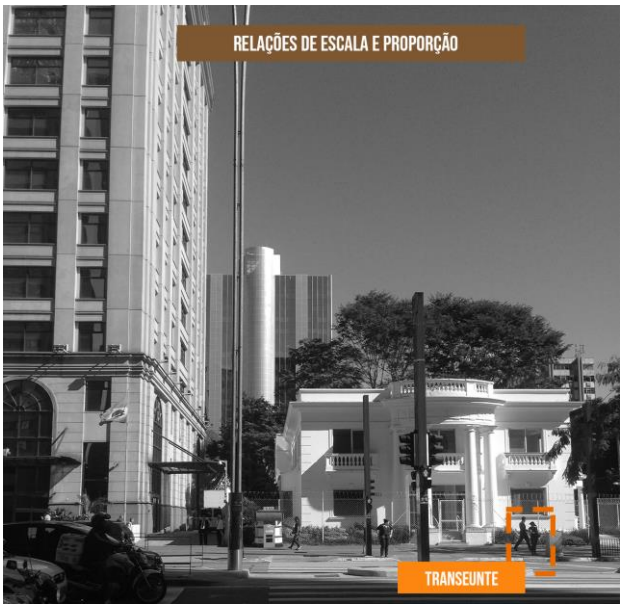
> "Só a complexidade e a vitalidade de usos dão às regiões das cidades estrutura e forma adequada [...] os locais das cidades em que as fogueiras de uso e vitalidade não conseguem crescer, tornam-se escuros, sem forma e sem estrutura urbana." (JACOBS, 2000, p.420)

Tem-se, portanto, um paradigma consolidado em que espaços sem estrutura e sem forma tendem a se tornar ambientes desprovidos de vitalidade. Nesse sentido, a presença da dimensão humana compondo o desenho da cidade e da arquitetura das edificações é de suma importância para a não prática de tendências arquitetônicas que tornam o ambiente mais isolado, autossuficiente e indiferente (GEHL, 2013).

As áreas com maior quantidade de moradores e economias ativas tendem a impor maior vitalidade em seus espaços físicos (SABOYA, 2012). No entanto, alguns efeitos da densidade urbana podem agir de forma negativa quando associados à escala de interação do ambiente público e privado. Um exemplo seria a percepção de que quanto maior o espaço livre público e maior a escala arquitetônica, maior o distanciamento entre os usuários e menores são as interações sociais (figura 1 e 2). A escala dos edifícios molda a sua

comunicação com seus arredores, a partir do quinto pavimento das edificações não mais se consegue interagir de forma direta com a vida na cidade, os detalhes não podem mais ser vistos ou reconhecidos pelos transeuntes (GEHL, 2013), bem como, espaços muito grandes não conseguem ser plenamente apropriados, passando a impressão de estarem desertos e, afastando desta forma possíveis usuários (SABOYA, 2012, apud JACOBS, 2000).

Figura 1. Estudo da relação de escala e proporção, na Avenida Paulista – SP.



Fonte: Acervo dos autores, com alteração, 2016.

Figura 2. Grande espaço livre da Praça Maria Aragão – MA.

Fonte: Base do acervo Wikimapia, com alteração dos autores, 2010.

Seguindo esse raciocínio, tem-se que diante da possibilidade de apropriação do espaço público a partir do relacionamento com a forma edificada, a vivência no ambiente das calçadas se torna relevante para que se possa compreender as dinâmicas estabelecidas pelos cidadãos nesses espaços.

Como exemplo, tem-se o Anexo I do Código de Trânsito Brasileiro (lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997) define que o ambiente da calçada é uma estrutura viária, reservada ao trânsito de pedestres e, superfície sobre a qual será feita a implantação de mobiliário,

sinalização, vegetação e outros elementos compositivos necessários ao pleno funcionamento das cidades. De acordo com isso, esse espaço, quando qualificado estruturalmente, contribui para a promoção da vitalidade urbana, assim como torna-se um espaço de inclusão, na medida em que promove a acessibilidade, influenciando a mobilidade dos indivíduos na cidade, o que traz como consequência a percepção de um viver saudável (SANTOS et al, 2017).

O arquiteto Frederico Holanda descreveu em sua obra, o procedimento metodológico da sintaxe espacial criado por Hillier et al, como “o movimento de pedestres” (…) constituído de certa maneira como “a porta de entrada para o estudo da estrutura do espaço aberto da cidade” (HOLANDA, 2002, p.86).

Mais adiante, quase como uma extensão à ideia, o urbanista Renato Saboya trata o desenho da malha urbana e o sistema de espaços públicos como sendo os elementos responsáveis pelo padrão do movimento (natural) dos pedestres (SABOYA, 2010).

Retomando um pouco na cronologia, importante ressaltar o pensamento de Hillier et al (1993), segundo o qual, a movimentação das pessoas na cidade não depende da presença de atrativos, e sim, da sua configuração espacial, onde, posteriormente serão alocados os usos urbanos.

Essa movimentação gera atração de pessoas para diferentes lugares em solo urbano trazendo vida à cidade. Da mesma forma que a malha urbana dita o movimento dos pedestres, a condição das fachadas das edificações é fator responsável pela transmissão de sensação de segurança aos transeuntes.

Em linhas gerais, a teoria da sintaxe espacial, citada anteriormente, criada por Hillier et al (1993), é uma metodologia de estudo que descreve a configuração do traçado e as relações entre o espaço público e privado através de medidas quantitativas (SABOYA, 2007). Essa teoria objetiva identificar as relações existentes entre o espaço estrutural das cidades e os edifícios, como também, a dimensão espacial das estruturas sociais, procurando revelar a lógica de interação entre ambos os fatores (HOLANDA,2002, p.86).

De acordo com Jacobs (2000), são necessários “olhos na rua” capazes de promover uma maior sensação de segurança; olhos que segundo a autora, são atraídos pela presença de fachadas permeáveis que ofereçam a possibilidade de contato visual entre o interior e o espaço público (SABOYA, 2010). O aumento da quantidade de portas que promovam uma interação contínua entre o contexto público e privado tende a contribuir para a vitalidade urbana, conectando a rua com atividades comerciais e de serviços (SABOYA, 2013), incentiva a interação entre os indivíduos (figura 3), principalmente nos ambientes das calçadas.

Figura 3. Observação da movimentação de pessoas na cidade de Salvador – BA.

Fonte: Acervo dos autores, com alteração, 2017.

As teorias citadas abordam o estudo espacial da cidade relacionado com o movimento das pessoas, e têm motivado os recentes estudos promovidos no ambiente do Laboratório da Habitação e Inovação UEMA, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento de métodos de abordagem, parte deles descritos a seguir, com especial ênfase à ferramenta denominada *matriz temática*, esta última sendo descrita posteriormente como parte do método de análise e diagnóstico espacial, aplicado ao estudo do ambiente das calçadas.

A MATRIZ TEMÁTICA COMO UMA FERRAMENTA DE ANÁLISE DAS DINÂMICAS URBANAS

O pesquisador Michel Thiollent (1986, p. 14) contribuiu significativamente com os estudos acerca da metodologia quando estabeleceu o formato *pesquisa-ação* como método passível de aplicação em diferentes pesquisas, e os seus experimentos permitem que se promova estudos voltados às dinâmicas da cidade.

Consiste, em essência, em uma pesquisa de natureza social, de base empírica, normalmente associada à resolução de um problema de natureza coletiva, partindo da experiência em campo, uma visita ao ambiente em estudo com o objetivo de compreender aspectos que ele apresenta, sejam eles positivos ou negativos. A princípio, considera-se que esses aspectos revelam potencialidades e fragilidades presentes no ambiente investigado.

Diversos estudos de caso tratam das questões advindas do meio urbano a partir de abordagem multimodos. Gehl (2018) afirma que é necessário combinar diferentes ferramentas de investigação, uma vez que uma só ferramenta não conduzirá a resultados precisos. O estudo da vitalidade urbana pode suscitar diversas pesquisas utilizando-se de diferentes metodologias, Gehl (2018) explora diversas ferramentas e diretrizes para o exercício da pesquisa sobre a vida na cidade, sendo eles: a contagem, o rastreamento, os vestígios e o mapeamento.

O método de análise do ambiente e das dinâmicas urbanas nesse contexto de investigação inclui em seu procedimento metodológico o uso da denominada *matriz temática,* que consiste em uma ferramenta complementar de análise do território, de bases gráficas

para auxiliar a elaboração de diagnóstico no que se refere aos elementos que compõem os ambientes em estudo. Essa ferramenta parte da experiência de observação em campo, procedimento que se inicia com o percurso exploratório ou caminhada-teste (GEHL, 2018, p. 24), experiência ,que permite a observação e a elaboração de teorias de causalidades preliminares, procedimento que considera a abordagem descrita por Thiollent (1986), que por sua vez, consiste na seleção de rotas para coleta das informações necessárias de análise da vida urbana.

Na oportunidade, também são realizados registros fotográficos, como pode ser observado na figura 4, que faz parte do acervo fotográfico da pesquisa, e de dados coletados ao longo do percurso exploratório, com vistas ao posterior mapeamento territorial. Nessa fase de processamento de dados, são representados os elementos compositivos do território em estudo, de forma que, gradativamente, surgem os temas que regem o contexto de dinâmicas sociais urbanas, a partir dos quais serão geradas matrizes temáticas.

Figura 4. Experiência empírica em campo na cidade de São Luís – MA.

Fonte: Acervo dos autores, com alteração, 2018.

Na etapa de processamento dos dados observados em campo, tem-se, portanto, a etapa de matrização, produção de mapas temáticos que são elaborados como recurso gráfico de análise da área pesquisada, sobre os quais são posicionadas legendas informativas, destacando-se características do território analisado de forma separada. Por meio do uso de símbolos, linhas, formas e cores as informações coletadas são interpretadas pelos pesquisadores, como pode ser observado na figura 5, que se trata de uma matriz temática de mobiliário urbano, aplicada ao estudo de caso acerca das condições dos ambientes de calçada no que tange à mobilidade urbana do pedestre idoso em polos atrativos no município de São Luís, que será tratada posteriormente como estudo de caso.

Figura 5. Exercício de produção de Matriz Temática de Mobiliários Urbanos.

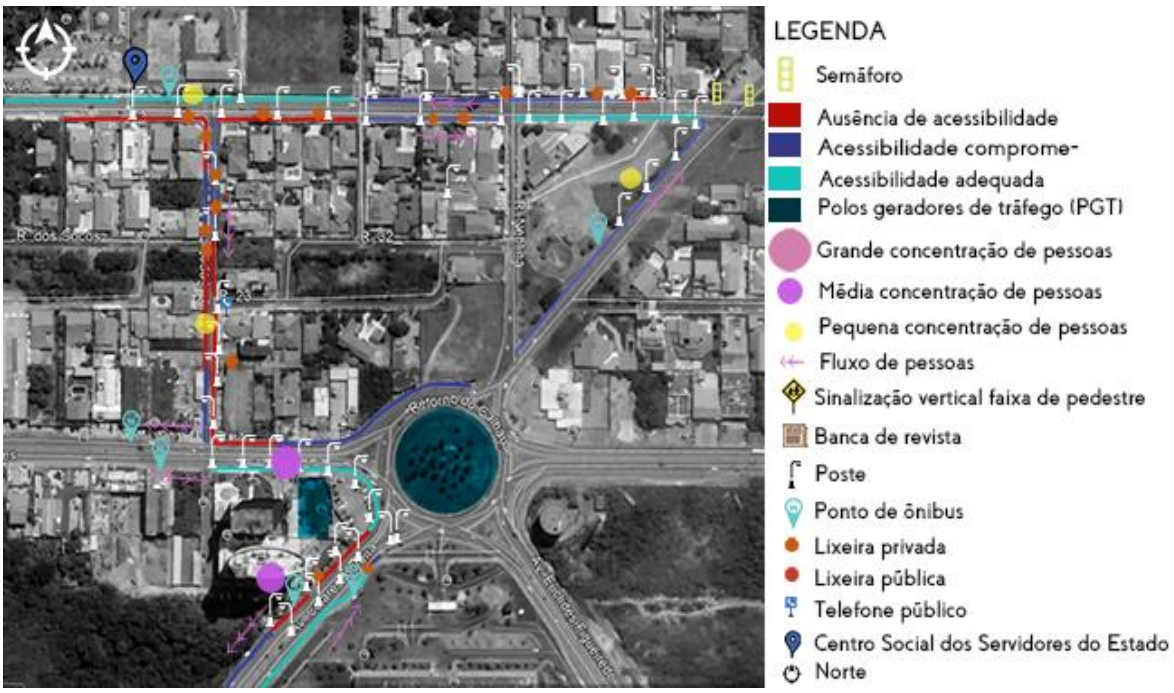
Fonte: Base Google Earth, modificada pelos autores, 2018.

Acima pode-se observar um exemplo de matriz temática que ilustra o mobiliário urbano identificado ao longo do percurso descrito. Por meio dessa representação, a compreensão do que está sendo estudado se torna mais clara e oferece ao pesquisador uma visão mais sintetizada da experiência vivenciada no percurso exploratório.

A ferramenta matriz temática, aliada às demais técnicas adotadas anteriormente, trazem maior precisão aos resultados obtidos, já que, segundo Thiollent (1986), na pesquisa social convencional, o pesquisador não participa ativamente da vivência no local, baseando seus resultados em entrevistas e questionário. Esse procedimento é considerado restritivo a compreensão dos fatores que contribuem para as condições do ambiente vivencial, restringindo inclusive a percepção da dinamicidade do local.

Assim, para proceder ao diagnóstico da área estudada, as matrizes são sobrepostas (Figura 6) e os dados, combinados, permitindo uma leitura conjunta dos elementos compositivos e, portanto, da contribuição de cada um desses fatores para as dinâmicas resultantes. Potencialidades e fragilidades combinadas apontam para oportunidades de propostas para os ambientes em estudo. As situações foram graficamente representadas, revelando barreiras presentes nos ambientes construídos, assim como sensações que tornam o local confortável ou desconfortável para os usuários, determinando as condições de vitalidade na cidade.

Figura 6. Exercício de sobreposição de matrizes temáticas.



Fonte: Base Google Earth, modificado pelos autores, 2018.

PERCURSO PEDONAL: A BUSCA PELA AUTONOMIA NO DESEMPENHO DE ATIVIDADES PELO IDOSO

As reflexões acerca do envelhecimento mundial se fazem cada vez mais presentes nas discussões relativas à promoção de cidades inclusivas. Tem-se no Guia Global: Cidade Amiga do Idoso (2008), publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), um documento de referência internacional, segundo o qual o crescimento das cidades é proporcional à percentagem de habitantes com idades que ultrapassam os 60 anos de idade, concluindo portanto que em 2050, pela primeira vez, no âmbito da população global, a quantidade de pessoas idosas será maior que a de crianças.

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) estabeleceu a definição de pessoa idosa sendo aquelas cuja idade é igual ou superior a 60 anos. Na cidade de São Luís, cerca de 78 (setenta e oito) mil pessoas fazem parte da população idosa, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) através do Censo Demográfico, o que traz à tona discussões acerca da promoção de ambientes urbanos capazes de garantir uma maior autonomia no desempenho de atividades habituais para pessoas com mobilidade reduzida, universo que inclui o pedestre idoso.

A efetivação deste pensamento perpassa pelos princípios que norteiam o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) e que podem ser identificados no discurso de diferentes autores, tais como de Jan Gehl (2013), ideário que ilumina a função social da cidade, em que pesem as oportunidades de participação popular e a acessibilidade para todas as pessoas em espaços compartilhados urbanos.

A introdução do desenho universal no traçado urbano, conceituado no Decreto-Lei 5296/04 (Brasil, 2004) e nas normas técnicas provenientes da NBR 9050/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004), determina a inclusão e participação do maior número de pessoas no espaço urbano, atendendo às suas especificidades físicas e sensoriais. Dentre as diretrizes que regem o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) está estabelecida a inserção da pessoa idosa no ambiente urbano com vistas à garantia da sua permanência nos espaços públicos (BRASIL, 2003). Para que os direitos supracitados sejam possíveis de serem alcançados, é necessário que sejam analisadas as condições urbanas impostas aos pedestres, em especial a pessoa idosa. Nesse sentido, incluem-se o desenho e o estado de conservação dos passeios públicos, fatores que podem garantir ou não a autonomia e o deslocamento seguro das pessoas ao seu local de destino.

Segundo o Guia Global: Cidade Amiga do Idoso da OMS, tem-se:

> A condição das calçadas tem um impacto óbvio na capacidade de locomoção do idoso. Calçadas estreitas, desniveladas, com rachaduras, que tenham meio-fio alto, ou que sejam congestionadas ou apresentem obstáculos, são potencialmente perigosas e afetam a capacidade dos idosos caminharem pelas ruas. (Guia Global: Cidade Amiga do Idoso, 2008, p. 17)

A contribuição do desenho da cidade para a efetivação de um contexto de mobilidade congruente com as dinâmicas impostas ao território prescinde da integração harmônica entre pessoas e espaços públicos, condição que compreende a função social da cidade, promovendo o acesso igualitário ao lazer, à saúde física e psicológica dos cidadãos.

Desse modo, é possível inferir que a promoção integral do acesso do idoso às diversas formas de participação da vida urbana previstas no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), constituem um dos preceitos para a construção da cidade viva e saudável, estabelecida a partir da vitalidade do meio urbano. Além disso, a eficiência do meio urbano na capacidade de conceder ao idoso autonomia para realizar suas atividades contribui para o envelhecimento ativo, conceituado pela OMS (2008, p.10) como "[...] o processo de otimização de oportunidades para saúde, participação e segurança, para melhorar a qualidade de vida das pessoas à medida que envelhecem."

O médico patologista, Paulo Saldiva, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), tem destacado a relação entre os transtornos mentais e o ambiente urbano, "regiões urbanas que permitem a formação de uma rede de solidariedade, de afeto e de apoio são protetoras de nossas mentes" (SALDIVA, 2018, p.47).

A cidade inclusiva é entendida como um ambiente propício para o bem-estar mental das pessoas, sendo assim:

> Uma ampla gama de oportunidades de participação social, sejam integrando os diferentes grupos etários ou voltadas para cada um deles especificamente, estimula relações sociais fortes e dá poder às pessoas. O empoderamento e a autoestima são reforçados por uma cultura que reconhece, respeita e inclui os idosos. (Guia Global: Cidade Amiga do Idoso, 2008, p. 63)

Cidades que adotam soluções que garantem ao pedestre idoso a possibilidade de se deslocar com facilidade, contribuem para o conforto e segurança de todos os pedestres, independente da faixa etária ou condições físico-motoras das pessoas. Um ambiente urbano percebido como seguro contribui para que crianças, jovens, adultos e idosos possam realizar plenamente suas atividades sociais ou de lazer, de acordo com o Guia Global (2008).

Ainda segundo o Guia Global (2008), os espaços públicos, as edificações e o sistema de transporte podem contribuir tanto para um ambiente com mobilidade eficiente, promovendo a participação social e estimulando um comportamento saudável, ou, ao contrário, podem gerar a exclusão social advindo tanto do isolamento das pessoas quanto das impossibilidades impostas pelos obstáculos.

VIVÊNCIAS CITADINAS NA PERSPECTIVA DE PESSOAS IDOSAS

A vitalidade urbana é identificada a partir da compreensão do conjunto de dinâmicas urbanas bem-sucedidas e, portanto, apropriadas de forma positiva pelos cidadãos. O procedimento passa pela análise e pelo diagnóstico dessas dinâmicas impostas ao território urbano, dando ênfase ao pedestre.

Para tanto, optou-se pela seleção de estudos de caso voltados às vivências citadinas de pessoas idosas, em especial, os percursos empreendidos por essas pessoas em suas rotinas diárias, onde as dinâmicas urbanas serão diagnosticadas através da ferramenta matriz temática. O estudo se utilizou da análise dos elementos compositivos do ambiente de calçadas de acesso aos locais selecionados em II Reunião de Trabalho de Apoio à Audiência Pública promovida pela Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Idoso do Ministério Público do Maranhão.

A seleção das áreas deu-se por meio de ampla votação, durante reunião de trabalho com representantes da sociedade civil e organizações de idosos e o MP-MA, de modo que foram indicadas as três áreas em condições mais graves do ponto de vista de seu estado de conservação e oferta de equipamentos urbanos, e por servirem a um maior número de usuários idosos.

Os três locais referenciados foram o Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão, localizado na Rua Barão de Itapari – Centro; o Centro de Atenção Integral ao Idoso - CAISI, localizado na Rua Salvador de Oliveira, 300 - Sítio Leal; e o Centro Social dos Servidores Públicos do Estado localizado na Avenida Sambaquis, 26, Jardim Renascença; todos eles localizados no município de São Luís, Maranhão. Esses três locais caracterizam-se, portanto, como polos atrativos para os idosos.

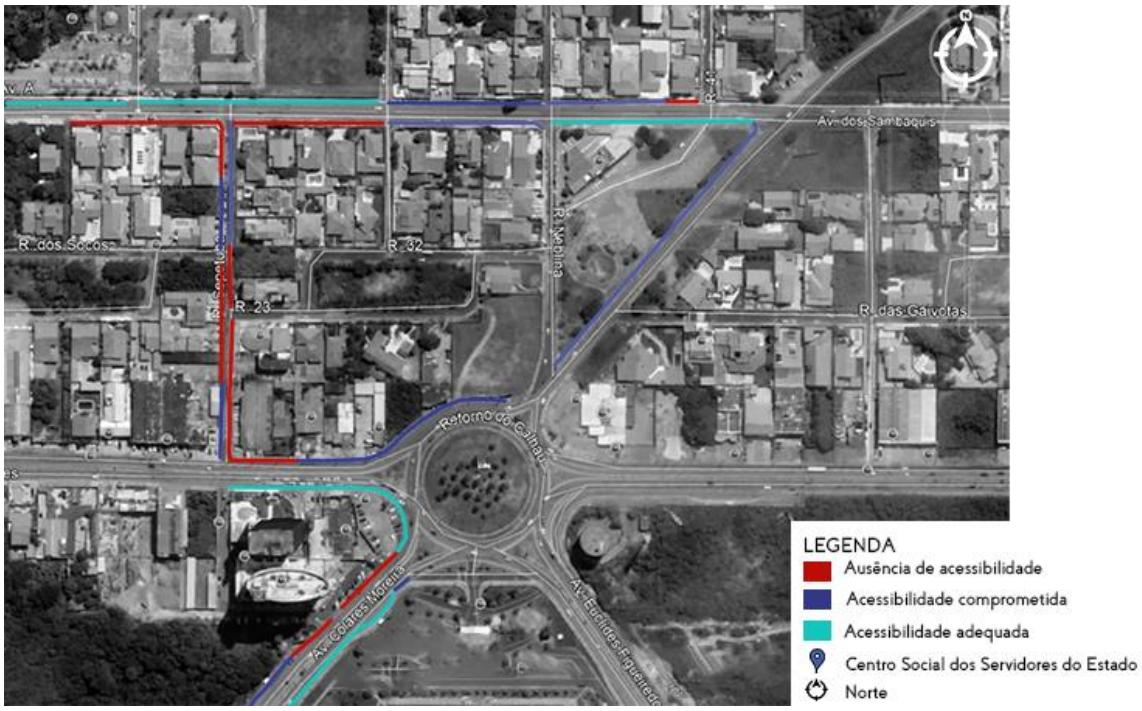
Eleitos os polos atrativos, buscou-se estudar os possíveis percursos de pedestre até os locais de destino com vistas a promover a análise e estabelecer diagnóstico das dinâmicas urbanas presentes nos ambientes das calçadas. Para tanto, foram elencadas categorias de estudo a partir de observações realizadas nas áreas, sendo elas: I. Fluxos; II. Acessibilidade; III. Mobiliário Urbano; IV. Sensação de Segurança; V. Identificação dos PGT (polos geradores de tráfego); VI. Salubridade; VII. Sensação Térmica e Higrotérmica; VIII. Vegetação; e IX. Drenagem.

O percurso exploratório constitui o primeiro momento, portanto, parte inicial do procedimento metodológico, pois a partir dele é possível o estabelecimento de alguns pressupostos acerca das situações observadas por ocasião dessas visitas técnicas. Levando em consideração que o público focado nesse experimento corresponde ao pedestre idoso, que se utiliza do transporte público para o seu deslocamento, o percurso estabeleceu o raio de abrangência a ser percorrido, a partir dos pontos de ônibus de cada polo, rumo aos destinos selecionados, tendo como suporte para análise, os elementos compositivos dos ambientes de calçada, a equipe coletou dados em campo para posteriormente inseri-los em matrizes temáticas, representação gráfica das dinâmicas urbanas que incidem no local.

A análise conjunta das matrizes temáticas constitui parte do processo que visa o diagnóstico das condições de mobilidade urbana nos ambientes das calçadas no entorno dos polos atrativos estabelecidos.

O primeiro polo atrativo selecionado, conhecido como Centro Social dos Servidores Públicos do Estado, se qualifica como espaço provido de ambientes de lazer e acompanhamento da saúde do idoso, situado na Avenida Sambaquis, 26, Jardim Renascença – São Luís (MA). Ao realizar o percurso exploratório em direção ao Centro Social, notou-se a existência de diversos entraves físico-ambientais, com destaque para o mobiliário urbano que funciona como barreira à acessibilidade, dificultando o caminhar rumo ao polo atrativo. A inexistência de sinalização em frente ao Centro Social, tanto vertical, como horizontal, aumenta a dificuldade para um fluxo livre e seguro dos pedestres idosos, que pela sua capacidade motora reduzida, ficam expostos a maiores riscos e acidentes. Na matriz abaixo foram pontuadas as situações quanto à acessibilidade, onde tais fatores tendem a colaborar para uma classificação inferior do ambiente das calçadas.

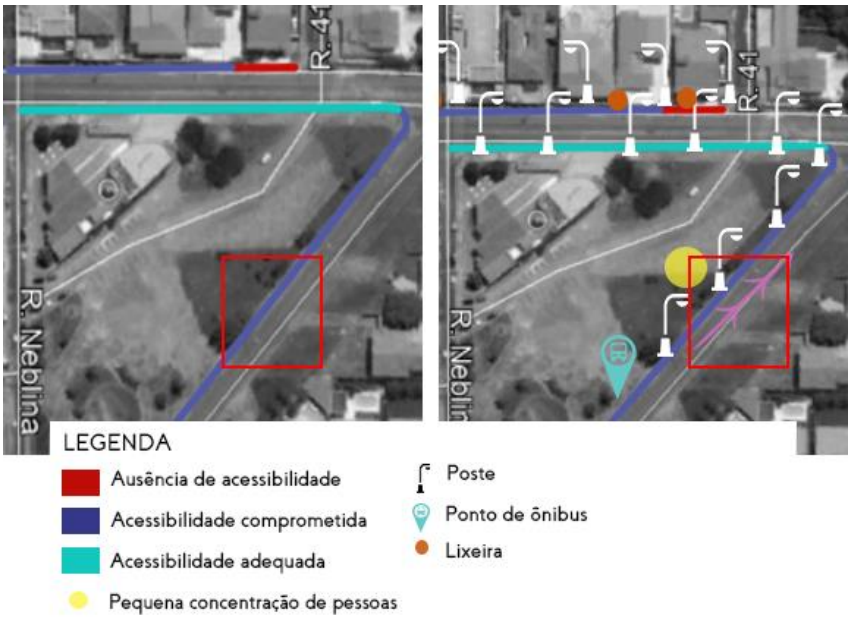
Figura 7. Exercício de Matriz Temática de Acessibilidade do Centro Social, MA.



Fonte: Base do Google Earth, modificado pelos autores, 2018.

Na figura acima, estão pontuados diversos trechos do percurso onde é possível perceber a ausência de acessibilidade. A análise desta matriz de forma isolada pouco diria a respeito das dinâmicas enfrentadas pelo pedestre idoso. Assim, a sobreposição das matrizes referentes ao local em análise, apresentada na figura 9, explicita as causas da baixa acessibilidade e do comprometimento da caminhabilidade em diversos trechos dos trajetos empreendidos.

Figura 8 e 9. Imagens de recortes da Matriz de Acessibilidade e da Matriz de Sobreposição do Centro Social.



Fonte: Base Google Earth, modificado pelos autores, 2018.

Trazendo uma situação em destaque, por meio da sobreposição das matrizes, fica evidenciado o motivo da inacessibilidade: por conta da existência de um poste posicionado fora da faixa de serviço. O equipamento encontra-se na faixa livre de circulação do pedestre, impossibilitando o usuário de realizar plenamente o seu caminhar através do ambiente calçada (figura 10).

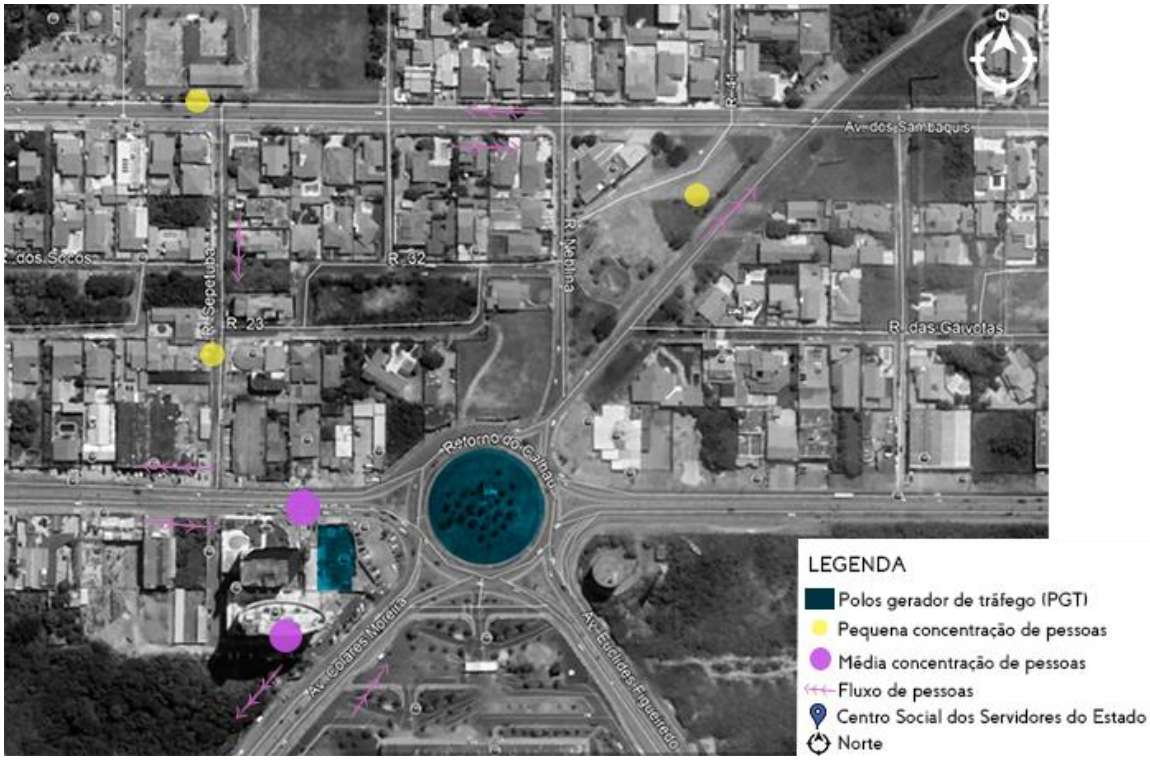
Figura 10. Poste posicionado fora da faixa de serviço.

Fonte: Acervo dos autores, 2018.

As dificuldades que os transeuntes enfrentam ao longo do percurso são traduzidas pelo reduzido número de pedestres em circulação no local, como se pode observar na figura 11, onde são expostos os diagnósticos referentes aos fluxos e concentrações de pessoas. É possível observar a concentração de pedestres em apenas alguns pontos do território

explorado, em volumes pequenos ou médios, ou seja, insuficientes para estimular o aumento do grau de vitalidade para o ambiente, considerando que além de serem pontuais e de curtíssima duração, acontecem mais nos locais de travessia de pedestre ou em pontos de ônibus.

Figura 11. Exercício de Matriz de fluxo e de concentração de pessoas no Centro Social.



Fonte: Base Google Earth, modificado pelos autores, 2018.

Os pedestres, geralmente, são obrigados a disputar as ruas com os veículos automotores sempre que precisam seguir seus percursos ou realizar suas travessias. As altas velocidades dos veículos não encontram nenhum tipo de barreira que os obrigue a reduzir a velocidade, pois, não há sinalização horizontal ou vertical.

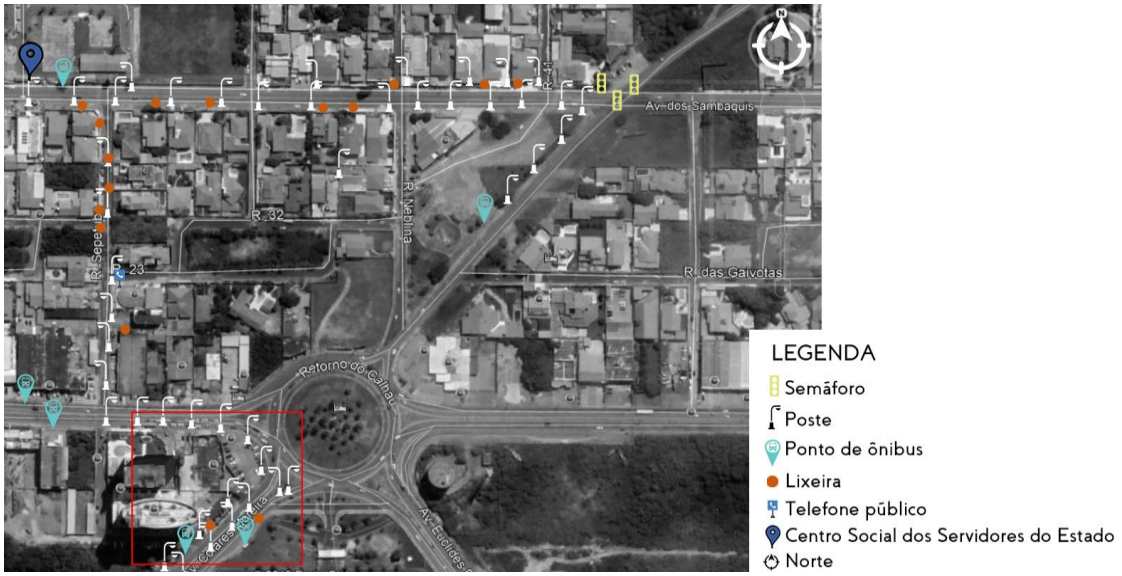
Ao analisar a figura 12, referente à matriz de fluxos, têm-se um recorte que exibe a situação descrita anteriormente, contudo, as informações de diagnóstico só são completas, quando as matrizes temáticas são processadas em conjunto, como pode ser visto na figura 13.

Figura 12 e 13. Recorte das matrizes de fluxos e concentração de pessoas e de mobiliário do Centro Social.

Fonte: Base Google Earth, modificado pelos autores, 2018.

A falta e/ou insuficiência de sinalização se repete por todo o percurso, como observa-se na figura 14, sendo que somente um dos cruzamentos é munido de semáforo, embora o mesmo não seja utilizado pelos pedestres, uma vez que tem a função de ordenar apenas o fluxo dos veículos, impondo aos pedestres uma forma de atravessar arriscada, que exige que os mesmos aguardem uma oportunidade fortuita de travessia.

Figura 14. Exercício de Matriz de Mobiliário Urbano no Centro Social.



Fonte: Base Google Earth, modificado pelos autores, 2018.

Outro problema enfrentado pelos pedestres é a presença de lixeiras próximas a postes. Muitas das vezes, os acessórios se localizam fora da faixa de serviço e o espaço livre de circulação fica ocupado por esse mobiliário; em se tratando do pedestre idoso, sabe-se que o caminhar em ambientes repletos de obstáculos e com grande necessidade de manobras de

desvios, tem-se um grande problema que afeta de forma significativa a autonomia do idoso no contexto da mobilidade urbana.

No estudo de caso referente ao Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão – Unidade Presidente Dutra, localizado na Rua Barão de Itapari – Centro, a aplicação do método de agrupamento e sobreposição de matrizes temáticas, contribuiu para que fossem validados aspectos das situações de causa e efeito verificadas durante o percurso exploratório, esse por sua vez empreendido a partir dos dois pontos de ônibus que se caracterizam como locais de embarque e desembarque dos frequentadores desse polo atrativo (figura 15).

Figura 15. Exercício da Matriz de Mobiliário Urbano no Hospital Universitário.

Fonte: Base Google Earth, modificada pelos autores, 2018.

A partir do percurso exploratório, os dados levantados foram representados na matriz de mobiliário urbano (figura 15), na qual foi possível constatar a ausência de sinalização que favoreça ao pedestre, seja ela vertical ou horizontal, o que comprovou o que foi originalmente observado durante o percurso exploratório. Nessa oportunidade, foi possível perceber a classificação do indivíduo pedestre como elemento de segundo plano em relação aos carros, situação confirmada diante condição de rapidez a que os transeuntes são forçados a atravessarem a rua.

O posteamento, também se caracteriza como obstáculo para quem pretende se deslocar, bem como a quantidade de detritos e resíduos sólidos depositados nos ambientes de calçadas, a existência de rampas de acesso privado para carros sobre as calçadas e o comprometimento da infraestrutura física do passeio público, que podem ser vistos nas figuras 16 a 19.

Figura 16 e 17. Posteamento e Resíduos Sólidos.

Fonte: Acervo dos autores, 2018.

Figura 18 e 19. Rampa para carro e estrutura do passeio comprometida.

Fonte: Acervo dos autores, 2018.

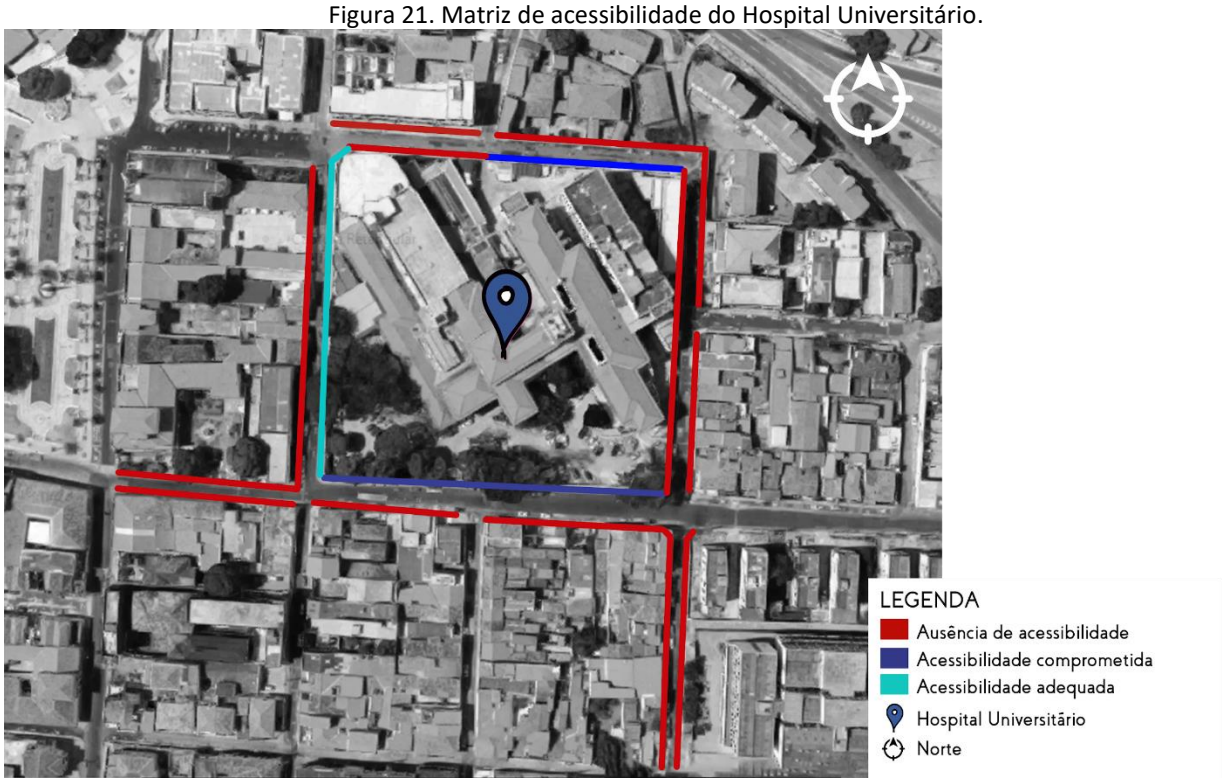
Os obstáculos impostos aos pedestres dificultam ou inviabilizam o deslocamento ao longo dos percursos empreendidos pelos idosos em direção ao polo atrativo, nesse caso, o Hospital Universitário. Fatores como, a impossibilidade de efetuar um percurso de forma retilínea pela presença de empecilhos ao pedestre ao longo do passeio público foram analisados, bem como a ausência de rampas para pedestres estrategicamente posicionadas, que atendam aos parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas brasileiras, a exemplo disso, tem-se a figura 20.

Essas situações foram representadas na Matriz de Acessibilidade (figura 21), na qual o ambiente das calçadas foi tipificado em “ausência de acessibilidade”, “acessibilidade comprometida” e acessibilidade “inadequada”.

Figura 20. Rampa para pedestre.

Fonte: Acervo dos autores, 2018.

Figura 21. Matriz de acessibilidade do Hospital Universitário.



Fonte: Base Google Earth, modificado pelos autores, 2018.

O fluxo de pessoas é intenso na rua de principal acesso ao Hospital Universitário, em decorrência da presença das edificações de uso hospitalar e comercial presentes na área em estudo. A concentração e permanência dos pedestres em determinados locais foram pontuados na Matriz de Fluxo e Concentração de Pessoas (figura 22), estas por sua vez, foram estabelecidas pelas pessoas a partir de fatores como, pontos de ônibus, áreas sombreadas, ponto de táxi e pontos de comércio irregular.

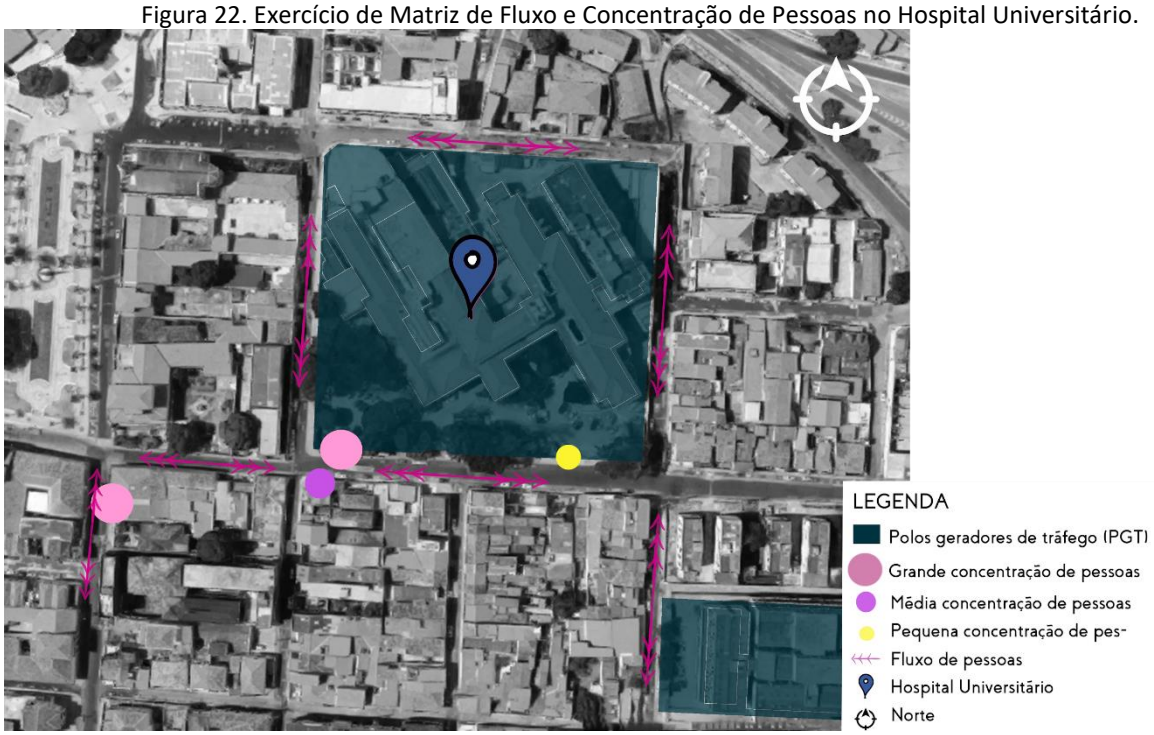
Nas ruas que circundam o Hospital Universitário, foi perceptível o fluxo mais ameno em relação a movimentação de pessoas da rua principal, aspecto resultante sobretudo pelo uso residencial das edificações em sua maioria.

Os dados coletados referentes aos elementos compositivos dos ambientes das calçadas posteriormente foram agrupados a partir da sobreposição das matrizes temáticas, exemplo representado na figura 23.

A partir das matrizes sobrepostas umas às outras, foi possível analisar como a combinação dos elementos gera impactos entre si e no passeio público, e, em especial, no modo como os idosos empreendem os seus percursos habituais ao Hospital Universitário.

Observou-se, também, que o fluxo e a concentração de pessoas são estabelecidos em decorrência da facilidade ou da necessidade de se deslocar, e também, da necessidade de permanecer em determinados pontos dos passeios públicos. Dessa forma, a acessibilidade assim como o mobiliário urbano também influencia nesses fatores.

Figura 22. Exercício de Matriz de Fluxo e Concentração de Pessoas no Hospital Universitário.



Fonte: Base Google Earth, modificada pelos autores, 2018.

Figura 23. Exercício de sobreposição de Matrizes Temáticas no Hospital Universitário.

Fonte: Base Google Earth, modificada pelos autores, 2018.

Na análise dos ambientes das calçadas do terceiro polo atrativo, referente ao Centro de Atenção Integral ao Idoso - CAISI, localizado no bairro Sítio Leal – São Luís (MA), também foi utilizada a ferramenta das matrizes temáticas como descrito anteriormente.

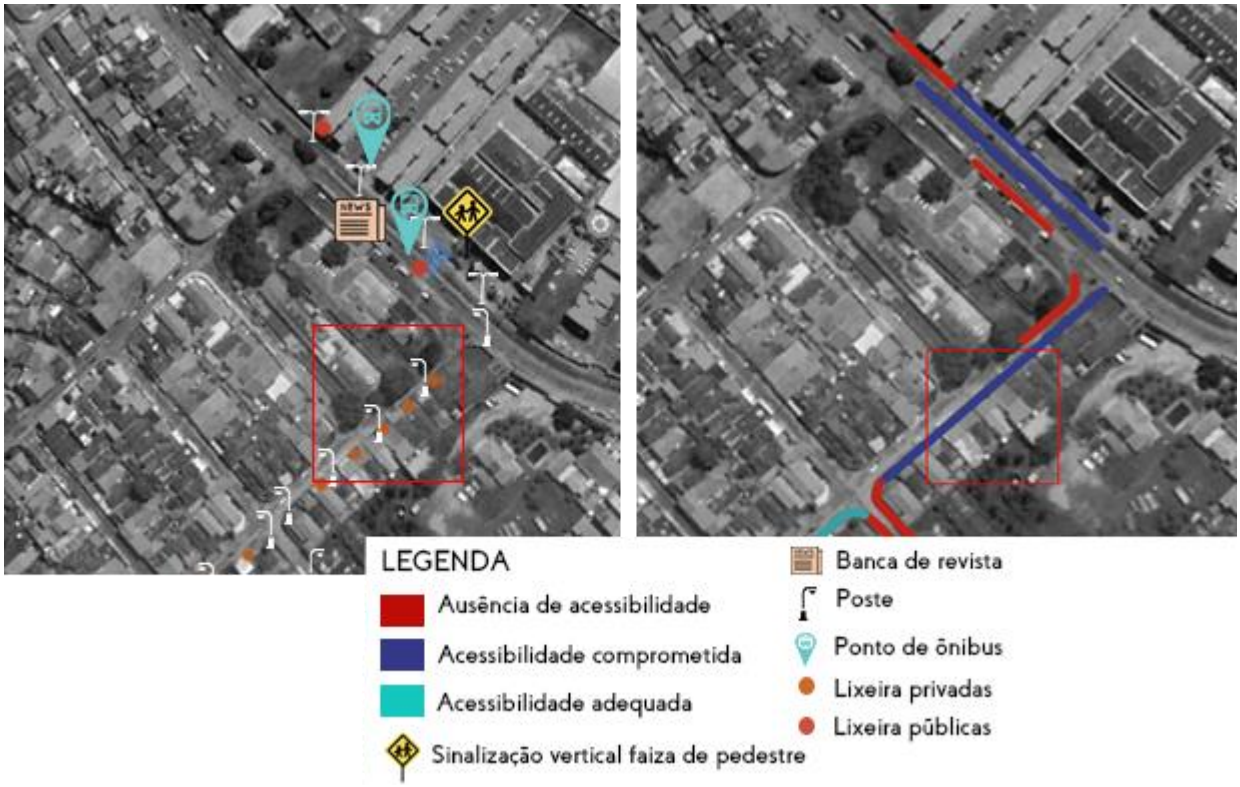
O percurso exploratório escolhido se refere às possíveis trajetórias empreendidas pelo transeunte idoso partindo das paradas de ônibus com destino final ao CAISI. Foram realizados dois percursos, tidos como prováveis rotas executadas pelo pedestre idoso, onde foram

observados os elementos compositivos e todo o entorno imediato, assim como as sensações percebidas no percurso, que se complementam para análise dos passeios.

Após coleta de dados em campo, os elementos que compõem o ambiente explorado foram processados e registrados nas matrizes temáticas. As matrizes temáticas representaram de maneira efetiva os fatores que moldam o percorrer dos pedestres no ambiente das calçadas até o polo atrativo.

Na matriz temática de mobiliário urbano foi possível aferir que elementos compositivos, como os postes e lixeiras, representam obstáculos por estarem posicionados de maneira inadequada nos passeios (figura 24). Ao analisá-los em conjunto com a matriz de acessibilidade, pode-se aferir que as condições dos ambientes físicos das calçadas desse polo atrativo são determinadas na maioria das vezes pela localização do mobiliário urbano (figuras 24 e 25).

Figura 24 e 25. Recortes de Matriz de Mobiliário Urbano e Matriz de Acessibilidade no CAISI.



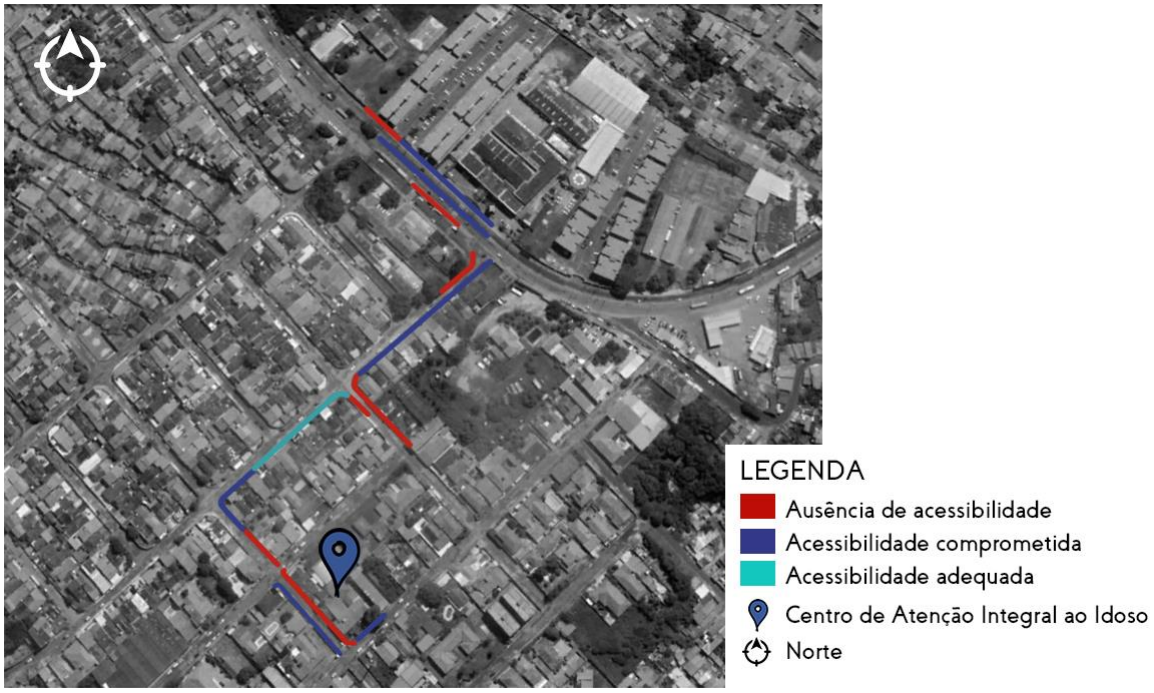
Fonte: Base Google Earth, modificado pelos autores, 2018.

No que concerne à matriz temática de acessibilidade (figura 29) é possível visualizar por meio da representação gráfica a situação do estado físico dos ambientes das calçadas. Nos locais onde a acessibilidade foi classificada como comprometida, a localização do mobiliário urbano mostrou-se como fator determinante para o comprometimento do grau de vitalidade urbana, como também, a presença de rampas de garagem na maioria das edificações do percurso exploratório (figura 26). Os trechos ausentes de acessibilidade, representados na cor vermelha, são consequências de obstruções nas pavimentações (figura 27), falta de manutenção dos passeios e de padronização dos níveis das calçadas (figura 28).

Figura 26, 27 e 28. Mobiliário urbano como barreira de fluxo, obstruções nos passeios e rampa fora do padrão.

Fonte: Acervo das autoras, 2018

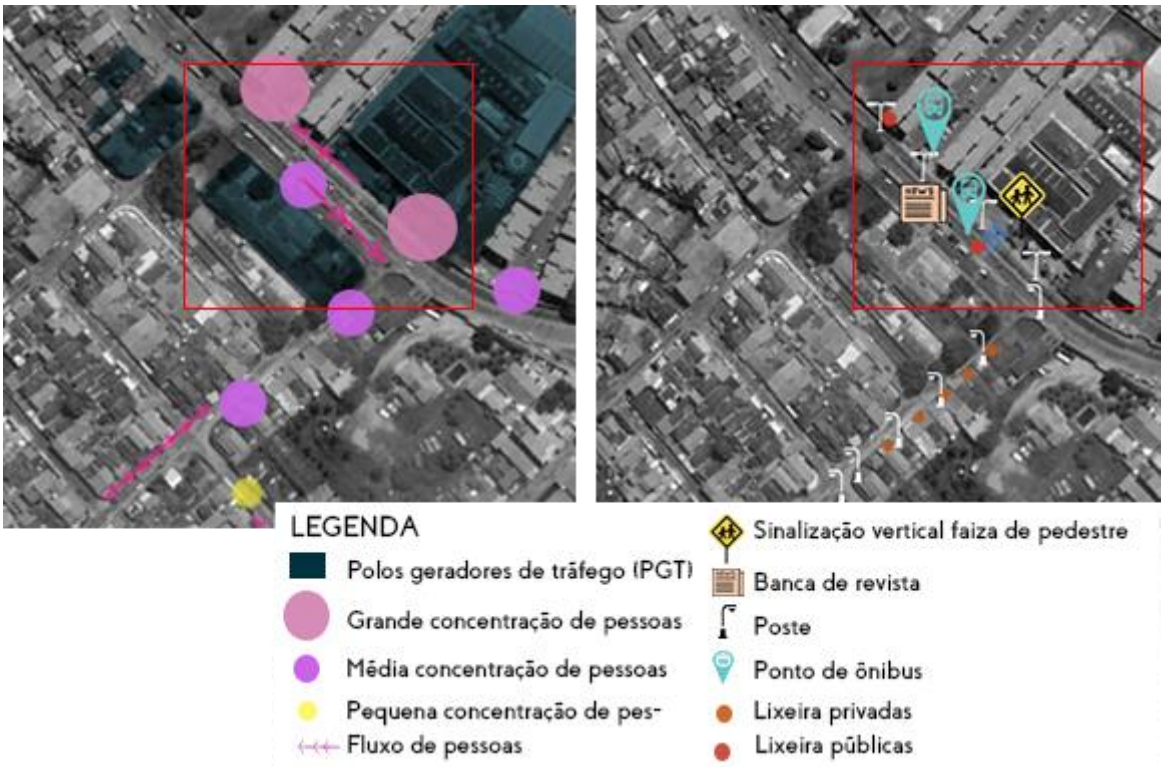
Figura 29. Exercício de Matriz de Acessibilidade no CAISI.



Fonte: Base Google Earth, modificado pelos autores, 2018.

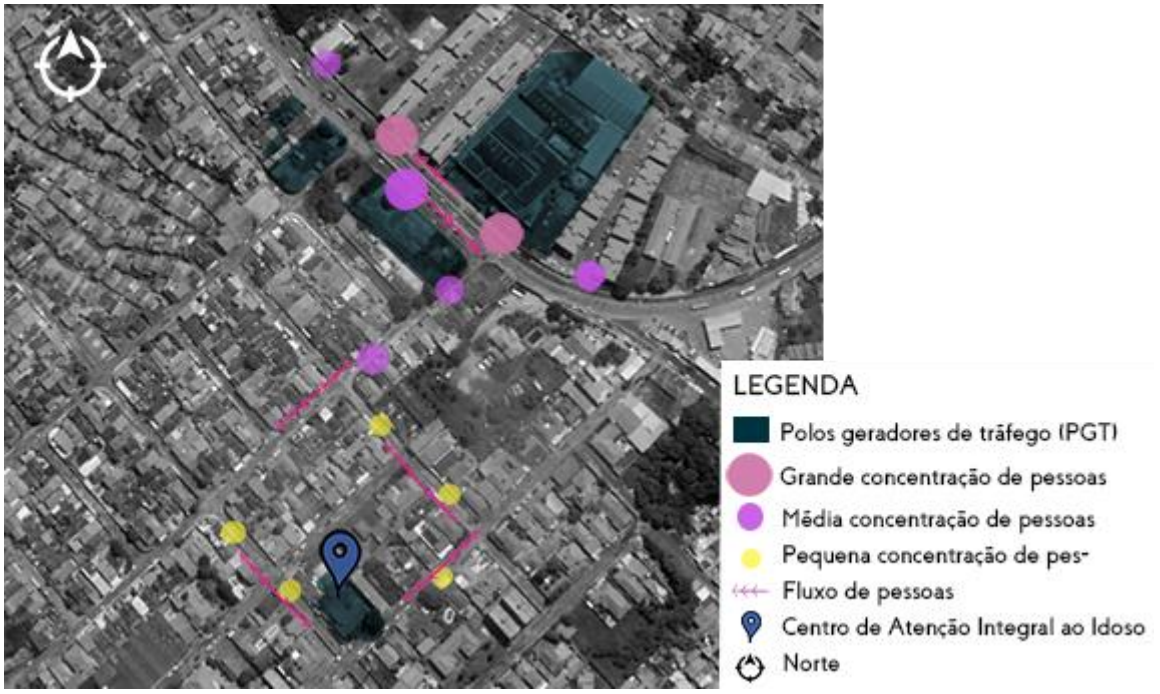
Ao percorrermos o trajeto exploratório, o fluxo e a concentração das pessoas se manifesta como fator influente da análise do ambiente construído. A forma como as pessoas se utilizam desse espaço demonstra a situação do local, as condições e suas possíveis fragilidades. Sendo assim, na matriz de fluxo e concentração de pessoas (figura 32) foram registrados desenhos de como se dá o percurso dos pedestres e onde eles se concentram. Pode-se perceber que a maior concentração de pessoas se localiza próxima aos pontos de ônibus e aos polos geradores de tráfego do entorno, como escolas e serviços (figuras 30 e 31). E o fluxo dos pedestres é ditado pela qualidade estrutural do ambiente das calçadas, no qual o pedestre idoso não consegue executar seu percurso sem ser interrompido por barreiras físicas.

Figura 30 e 31. Recorte Matriz de Fluxo e Concentração de pessoas e Matriz de Mobiliário Urbano no CAISI



Fonte: Base Google Earth, modificado pelos autores, 2018.

Figura 32. Exercício de Matriz de Fluxo e Concentração de Pessoas no CAISI.

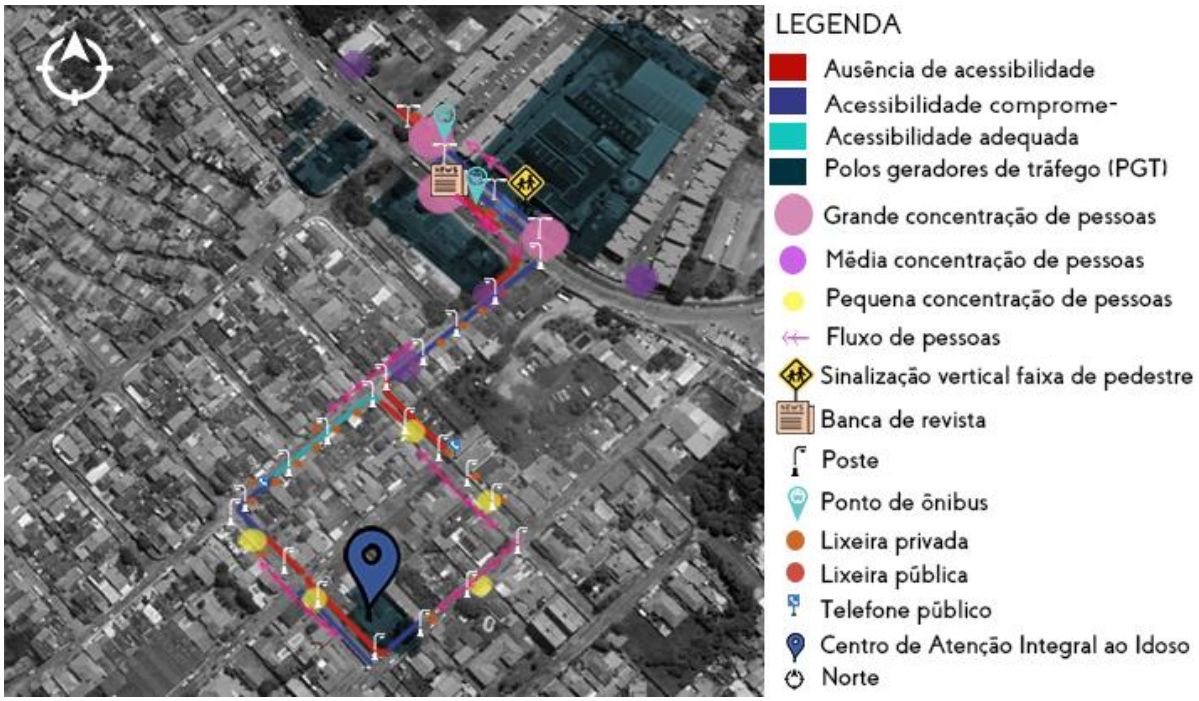


Fonte: Base Google Earth, modificada pelos autores, 2018.

Através da sobreposição das matrizes (figura 33) utilizadas para análise do percurso exploratório do CAISI foi possível diagnosticar que a acessibilidade dos seus ambientes das

calçadas se encontra comprometida. O transeunte idoso, não consegue concluir seu trajeto percorrendo apenas pelos passeios, sendo obrigado a se locomover pelas vias destinadas aos automóveis, fluxo ocasionado pela localização errônea do mobiliário urbano e pelo comprometimento das condições físicas desses ambientes.

Figura 33. Exercício de sobreposição das Matrizes no CAISI.



Fonte: Base Google Earth, modificado pelos autores, 2018.

A partir das análises acima, foi possível observar que através da sobreposição, a análise das dinâmicas urbanas que regem o cotidiano do pedestre idoso fica mais evidente, auxiliando na criação de soluções mais assertivas para mudar o panorama de mobilidade nos polos atrativos analisados. As situações diagnosticadas revelaram os desconfortos sofridos pelo pedestre na tentativa de transpor os obstáculos e, em se tratando do pedestre idoso, a transformação do ambiente das calçadas em espaços de extrema insegurança, levando em conta as limitações desses indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fragmentação dos serviços e obras de melhoria, de fato, são a maior causa de inconsistências no contexto de equipamentos sociais urbanos, comprometendo seriamente a vivência nos espaços e provocando nos usuários sensação de desconforto, de medo e/ou reações de hostilidade. Os casos estudados representam uma fração ínfima dos impactos causados por esse fenômeno, que certamente, não é exclusividade da capital estudada.

O compartilhamento dos espaços comuns, ainda se revela um problema para os cidadãos, na medida em que a incompletude ou a negligência para com a composição têm implicado num decréscimo nas condições de vitalidade urbana, e, mesmo, contribuído para um crescimento no número de acidentes, conforme apresentado em recente Audiência Pública sobre a Mobilidade Urbana da Pessoa Idosa.

A pesquisa pontuou as condições e os elementos determinantes para o resgate do sentido de urbanidade. Durante a fase do percurso exploratório, ficou claro que as calçadas dos trajetos aos locais de acesso não oferecem condições ao pedestre idoso de se deslocar confortavelmente, num contexto em que se pode constatar um descompasso entre a lógica de funcionamento destes ambientes e as necessidades específicas dos usuários.

O grau de vitalidade nos polos atrativos foi determinado pelas condições dos elementos compositivos do ambiente urbano. Nesse sentido, foi perceptível que o estado de conservação do ambiente das calçadas de acesso a esses locais, aliado aos elementos que compõem o espaço urbano, definiram o cenário de dificuldade imposto aos cidadãos, dificultando o processo de apropriação dos espaços. Reconhece-se assim, uma redução no grau de vitalidade urbana, na medida em que o ambiente estabelece barreiras (muitas vezes, intransponíveis) aos transeuntes.

A ferramenta *matriz temática,* importante recurso que permitiu o registro gráfico das fragilidades e potencialidades encontradas, permitiu a validação de boa parte das inferições estabelecidas por ocasião da realização dos percursos exploratórios, momento em que foi verificada a necessidade de se estabelecer uma lógica de mobilidade urbana eficaz e que permita o pedestre idoso deslocar-se de maneira mais autônoma. Para tanto, faz-se necessária a realização de processo de (re)qualificação e de adaptações dos ambientes das calçadas, tomando por base o diagnóstico realizado, documento que poderá contribuir para a promoção de uma cidade mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. *Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

_____. Decreto-Lei 5296, de 02 de dezembro de 2004. *Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.*

_____. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. *Dispõe sobre o a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências*.

_____. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. *Dispõe sobre Código de Trânsito Brasileiro*.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências*.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. *Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.*

FECHINE B.; TROMPIERI N. O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. *InterSciencePlace*, v. 1, n. 7, p. 1-27, 2012

GEHL, J. *Cidade para pessoas*. Tradução Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GEHL, J.; SVARRE, B. *Vida nas cidades: como estudar*. Tradução Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2018

HOLANDA, F. R. B. DE. *O espaço de exceção*. Brasília, DF: Editora UnB, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2010. Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão*. Rio de Janeiro, 2010.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

OMS (2008). *Guia Global: Cidade Amiga do Idoso. Genebra, publicação da Organização Mundial da Saúde*.

SABOYA, R. T. de. “Condições para a vitalidade Urbana #1 – densidade" 06 Nov 2012. *Urbanidade: urbanismo, planejamento urbano e planos diretores*.

SABOYA, R. T. de. "Condições para a Vitalidade Urbana #2 – Proximidades e distâncias na malha de ruas" 02 Dez 2012. *Urbanidade: urbanismo, planejamento urbano e planos diretores.*

SABOYA, R. T. de. " Condições para a Vitalidade Urbana #3 – Características da relação edificação x espaço público" 03 Mar 2013. *Urbanidade: urbanismo, planejamento urbano e planos diretores.*

SABOYA, R. T. de. "Condições para a Vitalidade Urbana #4 – Permeabilidade visual" 23 Jun 2013. *Urbanidade: urbanismo, planejamento urbano e planos diretores*.

SABOYA, R. T. de. "Sintaxe espacial e a teoria do Movimento Natural" 25 Jun 2010. *Urbanidade: urbanismo, planejamento urbano e planos diretores*.

SABOYA, R. T. de. "Sintaxe Espacial" 03 Set 2007. *Urbanidade: urbanismo, planejamento urbano e planos diretores.*

SANTOS, M. P.; CACCIA, S. L.; SAMIS, A; FERREIRA, Z. L. *8 Princípios das Calçadas: Construindo cidades mais ativas*. WRICIDADES.ORG. 1° edição, abril de 2018. SALDIVA, Paulo. *Vida Urbana e Saúde: os desafios dos habitantes das metrópoles*. 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2018.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.